



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638521 - SP (2021/0001031-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : GABRIEL MARTINS FURQUIM E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JOSÉ PEDRO SAID JÚNIOR - SP125337  
PAULO ANTONIO SAID - SP146938  
GABRIEL MARTINS FURQUIM - SP331009  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDUARDO JOSÉ PAULATI (PRESO)  
**CORRÉU** : RICARDO DOMINGUES PEIXOTO  
**CORRÉU** : WELINGTON VIEIRA DE CARVALHO  
**CORRÉU** : ANDERSON FELIX DO ROSARIO  
**CORRÉU** : ISRAEL AGUIAR VICENTE  
**CORRÉU** : DIEGO HENRIQUE DE SOUZA MARCIANO  
**CORRÉU** : FERNANDO PINHEIRO PERES  
**CORRÉU** : LUCIANO FERNANDO BROCO  
**CORRÉU** : DEUSIANA CAROLINA DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : REGIS LEVI BORGES ROCHA  
**CORRÉU** : EDSON ALBERTO FLORIANO  
**CORRÉU** : JOAO RAFAEL REFOSCO  
**CORRÉU** : EDIO GOMES DO NASCIMENTO  
**CORRÉU** : ITAMAR DE SANTANA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO JOSÉ PAULATI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0047172-72.2009.8.26.0114).

O paciente foi condenado à pena de 3 anos de reclusão em regime inicial semiaberto, pelo cometimento do crime de formação de quadrilha na forma majorada.

Os impetrantes sustentam que o paciente faz jus à redução da pena-base no mínimo legal, à fixação do regime aberto, bem como à substituição da pena privativa por restritiva de direitos.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a pena

do paciente seja redimensionada nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 514.894/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM *HABEAS CORPUS* ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente